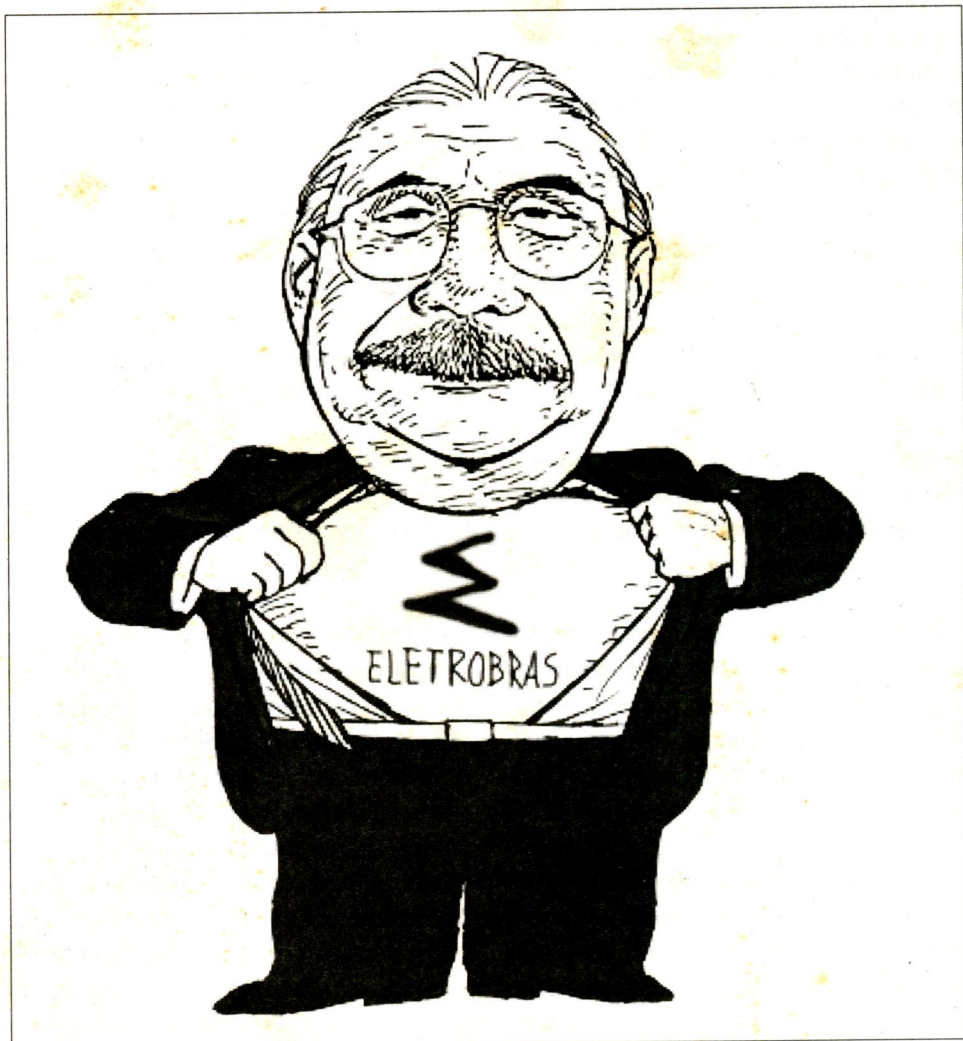


ELETRONORTE

Padim Sarney, de novo

O Maranhão é um importador da energia de Tucuruí (e do Nordeste), mas quem continua a indicar o presidente da Eletronorte é o senador José Sarney. Sempre foi assim. Continuou a ser assim com o PT na presidência da República. Por que Sarney pesa tanto nos assuntos de energia? E por que dá tanta importância à Eletronorte? Perguntas que o Pará, mais uma vez no rabo da fila, não responde. Nem o PT.



Ao deixar a presidência da República, em 1990, depois de cinco anos no cargo, José de Ribamar de Araújo Costa, que atende pelo nome político de José Sarney, manteve como reserva de mercado para si uma fatia do bolo de poder que é retalhado e partilhado a cada novo embalo na gangorra de Brasília. A presidência da Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) continuou a ser ocupada por pessoa indicada diretamente pelo senador do PMDB ou por ele referendada – de preferência, um maranhense como ele. Independentemente da alternância de inquilino no Palácio do Planalto, seja um professor ou um metalúrgico, a troca de guarda na Eletronorte segue a vontade de Sarney.

Nem a subida ao poder do PT e de um modo crítico – e duro – de encarar a política energética nacional em vigor até então, que se abriga na sigla do presidente Lula, afetou o rito da continuidade na empresa. Pelo contrário: ele até se aperfeiçoou. No mês passado, um maranhense substituiu outro maranhense no comando da Eletronorte, ambos indicados por Sarney, que novamente está com um pé na pre-

sidência do Senado, agora graças ao apoio dos petistas. E o Maranhão ainda ficou com outra das quatro diretorias da empresa. A sucessão se realizou sem traumas e sem atrair a atenção da opinião pública, ainda que muito ranger de dentes tenha sido ouvido nos bastidores.

Qual é, afinal, a prenda em causa, a merecer a atenção e os cuidados de um dos notáveis da República? A Eletronorte, em primeiro lugar, é grande: tem sob sua jurisdição 58% do território nacional, abrangendo toda a Amazônia. Nela se localiza uma reserva de energia hidráulica que corresponde a metade de toda a potência instalada atualmente no Brasil. É dona da maior hidrelétrica inteiramente nacional, a usina de Tucuruí, responsável por 8% de

**ALMIR
GABRIEL VAI
VOLTAR?**

Págs. 11/12

toda a geração de energia do país. É a segunda maior exportadora de energia do Brasil (transferida da sua região de atuação para a das vizinhas). Seu orçamento para este ano é de 3,8 bilhões de reais. Seu programa de investimento é o maior do setor porque a atua numa região de fronteira, que atrai empreendimentos em função da abundância de energia barata, ainda que o subsídio tarifário signifique um pesado ônus aos cofres públicos.

Neste ano a Eletronorte completará 30 anos de vida. Foi criada na eclosão da primeira crise mundial do petróleo, em 1973. Ela surgiu no Brasil, mas sua certidão de nascimento foi passada em Tóquio. Os japoneses, feridos gravemente pela súbita elevação do custo da energia, chegaram à conclusão de que suas fábricas de alumínio não conseguiriam mais sobreviver. Sem fontes suficientes de energia – e, o que era pior, com energia cara – não podiam continuar a produzir em seu próprio território alumínio, o produto industrial mais eletrointensivo que existe. Planejaram abrir no Brasil a maior fábrica de alumínio do mundo. Ela ficaria no Pará, às margens do rio Tocantins, com águas suficientes para transformar as jazidas de minério de bauxita do Estado (as terceiras maiores do mundo) em metal. Na época, o Pará não tinha energia nem para suprir suas acanhadas necessidades domésticas. Mas a Eletronorte iria construir no Estado uma usina com capacidade para produzir mais de 40 vezes o consumo local.

A hidrelétrica entrou em funcionamento em 1984 e no final do ano passado começou a ser duplicada para chegar a 8,3 mil megawatts de potência. Prosseguindo em seu planejamento, a Eletronorte espera começar, o mais breve que for possível, uma usina ainda maior, para 11 mil MW, no rio Xingu. Por via direta ou induzida (passando o barrete a terceiros), na passagem de década, um quarto da geração energética brasileira estará sob sua responsabilidade ou de associados. O seu acervo incluirá também extensas linhas de transmissão de energia, com milhares de quilômetros.

Três décadas depois, a Eletronorte é a única das seis empresas do sistema Eletrobrás que mantém sua sede fora da sua base de atuação. Contra todos os pedidos e pressões, continua em Brasília, ao lado do núcleo central do poder. Contra a lógica e o bom senso, seu

comando tem ligações apenas tênues com o Estado que é a sua principal razão de ser, o Pará, de onde a empresa extrai 80% do seu produto, a energia. Esse grau de concentração deverá passar de 95% se a hidrelétrica de Belo Monte for realizada. No entanto, o Pará forneceu apenas um dos presidentes que a empresa já teve e nem meia dezena dos seus diretores. O mais recente, Dílson Trindade, assumiu no mês passado como o primeiro líder sindicalista da direção da Eletronorte. Terá uma difícil tarefa pela frente.

Não é pelo simples fato de abrigar esmagadoramente o potencial de hidrelétrica da base física da empresa que o Pará deve se julgar no direito de suprir sua direção. Uma circunstância geográfica não é o suficiente para dar causa a uma prerrogativa administrativa. Mas é pelo fato de o presente e o futuro da Eletronorte estar umbilicalmente associado ao Pará que a empresa deveria fomentar a cultura da energia no Estado. Cultura em seu significado mais amplo: de domínio tanto do produto como do processo, de **saber usar** como de **saber fazer** (o popular *know-how*).

Raquítico nesse item, o Pará poderá ver-se transformado de província energética nacional (e internacional), que inevitavelmente será, em mera colônia energética, a que poderá ver-se reduzido se o modelo atual continuar em vigor. Não está escrito nas estrelas que tenha de ser assim. O enredo ainda pode ser modificado. Desde que a mudança comece já. Mas ainda não é o que se pode vislumbrar nos novos (novos?) rumos da Eletronorte.

Críticos do modelo energético dominante e petistas de longo curso, confrontados com a manutenção do *status quo* na empresa, têm procurado responder à ironia das observações a respeito com atenuantes. Garantem que o comando do senador José Sarney será apenas formal, atendendo a um arranjo estritamente político. Na prática, as ações na empresa seriam comandadas por seus três diretores de origem petista, em ligação direta com o novo presidente da Eletrobrás, o físico (e maior teórico da visão alternativa do setor energético dentro do PT) Luís Pinguelli Rosa, e com a ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, de integral confiança da cúpula do PT.

Mesmo que essas previsões venham a se confirmar, persiste a dúvida: por que o senador maranhense José Sarney tem direito de preferência na área da

Eletronorte? Qual a sua credencial específica para esse “direito de origem”? O Maranhão é um Estado de importação e não de exportação de energia. Não é e nem será um produtor expressivo. Seu solo não é fecundo à semente da cultura energética. Seu maior líder nunca demonstrou maior intimidade (ou mesmo interesse) pela questão. Mas talvez o Maranhão e Sarney sejam mais amoldáveis aos encaixes do modelo em vigor. Talvez seja por isso que ele mande na Eletronorte e o seu Estado escoie a produção bruta da província mineral de Carajás e sirvam de sede para os empreendimentos de transformação primária do minério.

Como consumidor pesado da energia da hidrelétrica de Tucuruí (por causa da fábrica de alumínio da Alumar, em São Luiz), o Maranhão bate palmas para a paradoxal disposição constitucional que isenta do principal imposto (o ICMS) o consumidor e atarraxa o produtor de energia, tornando mais barata a energia para quem compra do que para quem vende. Sem méritos ou fundamentos técnicos para ocupar a cabeça da administração energética, está mais a cavaleiro para cumprir as ordens de Brasília, quaisquer ordens, do que um Estado no qual todos os conflitos resultantes de ser a base física da produção acontecem.

As pressões e o eco dos problemas, quando chegam à sede da empresa, no Planalto Central, já estão enfraquecidos. Mas não têm origem na terra de nascimento do padrinho da nomeação e do seu afilhado, aliviados e gratos por receberem a energia que vem de fora das divisas do seu Estado. Ao contrário: o Maranhão tem sido exportador de fluxos míseros e de miséria para o seu vizinho, trocando recursos potenciais, que recebe, por problemas em potencial, que cede. Os garimpeiros têm sido as maiores vítimas desse comércio humano.

Toda a plataforma de lançamento de recursos naturais, *in natura* ou semi-elaborados, que vem sendo montada no litoral maranhense, conectada, como sugadora, aos enclaves instalados no sertão, e voltada – enquanto expedidora – para os navios interoceânicos, que atacam no seu porto e dele seguem para além-mar, toda essa estrutura está fundada na oferta generosa de energia – em quantidade e preço – da Amazônia (e em suas matérias-primas). Daí, provavelmente, a Eletronorte **ser** do Norte, sem **ficar** no Norte.

No próximo ano terminam os contratos de fornecimento de energia, que favoreceram as duas maiores fábricas de alumínio do continente (a Albrás, um empreendimento nipo-brasileiro implantado no Pará, e a multinacional Alumar, no Maranhão), que absorvem 3% de toda a energia do país. Nas duas décadas em que estiveram em vigor, esses contratos significaram um prejuízo ao erário equivalente a 2 bilhões de dólares, o valor da diferença entre o custo de geração de energia e a tarifa privilegiada concedida às duas indústrias. Com esse dinheiro seria possível construir novas fábricas equivalentes às da Albrás e Alumar.

É pouco provável que tarifas tão baixas sejam mantidas. Ou elas serão reajustadas para um nível próximo do de custo, ou as duas indústrias terão que encontrar novos esquemas de suprimento de energia. Decisões desse porte estarão na agenda da Eletronorte para os próximos e ainda indefinidos meses. Mas é imperativo que a empresa deixe de ser uma fonte de lucro para seus clientes especiais e para esquemas de poder montados numa época em que os gabinetes do governo não guardavam distância – ou identidade própria – dos escritórios das grandes empresas, sobretudo das que necessitam de volumes brutais de energia, como as do alumínio.

Em 1999, o déficit da Eletronorte alcançou quase 1,2 bilhão de reais. Em 2000, baixou para R\$ 520 milhões. O resultado foi conseguido principalmente através da renegociação da dívida da empresa, de R\$ 3,5 bilhões, que ainda não tinha sido repassada à Eletrobrás. Ao esforço de saneamento de suas contas deve acrescentar o da sua verdadeira inserção regional, que não seja apenas figura de retórica, numa região que tem apenas pouco mais da metade da renda per capita nacional. E num Estado que, sendo o terceiro maior exportador de energia, responsável por 10% da energia gerada no país, o 2º em tamanho e o 9º em população, cai para o 16º lugar em IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), numa comunidade de 27 unidades federativas.

Antes que a Eletronorte surgisse costumava-se proclamar que energia era desenvolvimento. E ponto final. Nessa época, o Pará não tinha energia nem desenvolvimento. Hoje, tem energia. Mas à medida que aumenta seu parque gerador, o que vem associado a ele

Quem tem a força?

Uma diretoria na Eletronorte e outra no Ministério da Cultura: isso foi tudo o que o PT do Pará havia conseguido da administração federal de Luiz Inácio Lula da Silva até o final de janeiro. Estava pendente a definição sobre os comandos da ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia) e do Banco da Amazônia, que poderiam ser preenchidos com nomes indicados pelos petistas paraenses. Mas o simples fato de que os novos donos do poder em Brasília ainda não tivessem acatado as sugestões dos seus correligionários no Estado sobre cargos do terceiro escalão indicava que o Pará não está entre as prioridades da alta direção petista.

Demonstração de fraqueza das lideranças locais? Certamente. Mais até do que isso: atestado da pouca expressão dos quadros paraenses do PT, confinados aos limites locais. Mesmo que fossem interlocutores privilegiados do Palácio do Planalto, quem os líderes do partido poderiam indicar para funções técnicas, que não podem ser preenchidas apenas com acomodação de interesses e composições políticas? Se esse for o único critério para a seleção de alguns dos nomes que ainda vêm sendo noticiados para ocupar as funções que permanecem ao alcance da representação estadual, então a mudança prometida pelo presidente Lula será apenas nominal. Na essência, tudo mudará para continuar igual a antes.

Qual a credencial da deputada Maria do Carmo para ser diretora da ADA, se sua cotação não for uma maneira de compensá-la pela derrota que sofreu no seu campo específico de competência, que é o político? Talvez maquiavelmente, o provável superior dela, o ministro da Integração Nacional, indicou-a para presidir o grupo de trabalho incumbido de sugerir os caminhos da nova agência, sucessora da falida Sudam, e montar o perfil da nova titular da ADA. Se for revelado que falta à candidata do PT ao governo do Estado na última elei-

ção atributos para o cargo, Ciro Gomes deverá reivindicar o lugar para pessoa do seu próprio esquema. Seu candidato preferido é o ex-vice-governador Hildergardo Nunes.


Com um pouco mais de força, o PT do Pará simplesmente teria obrigado o ministro a engolir a indicação. Situação que se repete no jogo de puxa-encolhe para a presidência do Basa. No final, os paraenses podem vencer a queda de braço com seus concorrentes do PPS e do próprio Partido dos Trabalhadores de outros Estados amazônicos, já melhor aquinhoados. Mas não poderão reivindicar um prestígio que, até agora, tem sido mais de coluna de jornal.

Não bastará, entretanto, ocupar alguns dos principais postos da administração regional na Amazônia. O que o PT estadual poderá agregar de realmente novo ao desempenho desses cargos? Quais as transformações de substância que poderá realizar em relação ao modo de agir de Brasília na região, que tanto criticavam? Que pessoas efetivamente qualificadas poderão assumir essa tarefa?

Um dos desafios: teremos que comemorar o 30º aniversário da Eletronorte olhando-a de tão longe? O Pará continuará sem peso político para abrigar a sede da empresa amazônica de energia? Outro desafio: o Nordeste terá de volta a antiga sigla do órgão de desenvolvimento regional, a Sudene; já a Sudam está estigmatizada de vez? É irrecuperável até como título? Não há nada ao alcance das elites locais, responsáveis por parte dos vícios que determinaram a morte da Sudam (com papel de protagonista final desempenhado pelo deputado federal Jader Barbalho), mas certamente coadjuvantes nessa cornucópia de fraudes, se elas forem avaliadas pela soma completa dos recursos desviados, nem sempre através do roubo aberto, descarado?

Sem respostas satisfatórias, isto aqui continuará a ser o quartel de Abrantes. O de sempre.

é subdesenvolvimento e não desenvolvimento. Ou seja: a energia está *subdesenvolvendo* o Pará, uma nomenclatura nova para uma situação inusitada, que ameaça se espalhar pela fronteira ama-

zônica. A Eletronorte precisa definir se essa contradição é apenas transitória ou se veio para ficar. Na era Lula, esse teste de qualidade já começou. De cabeça para baixo. Viciado. 

Quatro meses depois de FHC, Lula irá a Tucuruí. Levará alguma novidade?

Lula faz visita

tratempo, Lula não terá: em abril o reservatório estará com sua capacidade plena e ele poderá colocar a turbina em atividade.

Tucuruí conta com o segundo maior lago artificial do país: em seus 2.875 quilômetros quadrados (ou 287,5 mil hectares) podem ser armazenados até 54 trilhões de litros de água no auge das chuvas, que ocorre exatamente em abril. Com essa disponibilidade, a usina atingirá, dentro de três anos, sua capacidade máxima, de 8,3 mil megawatts, com todas as 23 máquinas que já então estarão instaladas. Ela responderá pelo suprimento de 10% das necessidades de energia do Brasil (contra os quase 8% atuais).

Mas no verão o lago diminui muito. Não tanto como no ano passado, quando o nível das águas do rio Tocantins baixou até a cota de 54 metros. Para que FHC pudesse ver a 14ª turbina em operação, o reservatório precisaria ter alcançado a cota 62, no nível da tomada de água da barragem. Ao longo de mais de um mês, por falta de água, a usina operou abaixo do mínimo de geração considerado econômico, de 50%. Embora, com suas 12 turbinas, pudesse gerar 4,2 mil MW, estava produzindo em torno de 2 mil MW. Ao invés de exportar todos os dias 1 mil MW, conforme a média do inverno, a Eletronorte estava importando 600 MW.

Os técnicos jogaram a culpa por essa estiagem excepcionalmente rigorosa sobre as costas largas do fenômeno climático El Niño, que aquece as águas do Oceano Pacífico. Desde meados da década de 90 a situação hidrológica na bacia do Tocantins não foi tão crítica. Em 22 anos de operação, 2002 bateu o recorde negativo do reservatório. Déficit passageiro, conforme sustentam os técnicos, ou indicador de algum desequilíbrio estrutural?

Ainda que a primeira hipótese seja a verdadeira, a duplicação da demanda de água na casa de força de Tucuruí (dos atuais 11 milhões de litros por segundo para os 23 milhões por segun-

do que serão necessários em 2006), sem a possibilidade de aumento do reservatório, que atingiu seu clímax, revela o precário equilíbrio operacional, econômico e financeiro da hidrelétrica. Se durante mais de um mês ela esteve abaixo do limite de viabilidade, com 12 máquinas, é de se prever que esse nível cairá mais ainda quando forem 23 as turbinas em linha. A diferença entre a capacidade nominal da usina e sua geração firme (disponível o ano inteiro) crescerá ainda mais. Ou seja: Tucuruí pode voltar (ou continuar) a ser deficitária, comercialmente falando.

O problema não é de pequena monta. Tudo, nessa barragem, é grandioso. Ela bateu o recorde nacional de utilização de concreto. É a maior barragem com salto em esqui do mundo. Tem o terceiro maior vertedouro mundial. A Eletronorte diz que seu custo histórico é de 4,5 bilhões de dólares, incluindo apenas os juros durante a construção. A Comissão Mundial de Barragem acrescenta US\$ 3 bilhões nesse orçamento. Mas quem faz as contas computando todo o custo financeiro até agora já está em US\$ 10 bilhões. A duplicação é apontada atualmente em US\$ 1,3 bilhão. Mas qual será o número de chegada?

Uma obra de tais proporções tem uma taxa de imprecisão proporcional à sua grandeza. No anúncio de comemoração do início da duplicação, por exemplo, a responsável pelas obras, a Construtora Camargo Corrêa, afirmou que o lago de Tucuruí possui 2.830 km², reduzindo-o em nada desprezíveis 45 km² (ou 4.500 hectares, ou 45 bilhões de litros de água).

Se quiser dar à sua visita à hidrelétrica um caráter mais profundo do que o de uma simples espiada de admiração, como presidentes anteriores, que estiveram no local para se deslumbrar com aquela parede de concreto, com mais de 70 metros de altura, que aprisiona as águas do 25º maior rio do planeta, o presidente Lula da Silva terá que preceder sua excursão de uma avaliação (e reavaliação) da política energética do governo federal para

trazendo mudança?

a Amazônia, que começa (e, por enquanto, praticamente termina) em Tucuruí.

A agenda está tomada por questões ainda pendentes, à espera de decisões firmes, várias delas urgentes. Uma das principais ainda não foi anunciada explicitamente, mas parece subentendida nos discursos das novas autoridades do setor: a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás para o Norte do país, não será mais privatizada. Para Tucuruí, isto significa, de pronto, que ninguém pretenderá desempenhar o papel de um Moisés bíblico da energia, separando a água "velha" da água "nova" com seu bastão mágico.

Quando a privatização da Eletronorte era considerada iminente, imaginava-se deixar para o poder público a gestão da primeira etapa, com o megawatt/hora a 22 dólares, e transferir aos particulares a água da duplicação, com o MWh a US\$ 15. Seria a faca e o queijo para os que iriam precisar de muita energia para suas necessidades (o caso das empresas eletrointensivas do alumínio), ou para os que queriam entrar no negócio da geração por cima, comendo só o filé. Ao erário, as batatas, ou o osso. No caso, entre outras contas podres, o subsídio de 20 anos concedido às duas maiores indústrias de alumínio do continente, que têm as tarifas mais baixas do Brasil. Conta que pode variar entre dois bilhões e quatro bilhões de dólares, conforme os tantos números desconstruídos que um paquiderme de aço, concreto e dólar pode provocar.

Seria bom se o presidente Lula, metalúrgico por profissão, chegasse para sua primeira visita oficial à maior região do país, que é também sua maior fronteira de recursos, carregan-



do no paletó o discurso de uma política de antecipação para a Amazônia. Ela já coleciona outro título em formação: o de maior província energética nacional.


A turbina que Lula ativar em abril, ela sozinha, representa mais do que o dobro de energia que a Amazônia inteira consumia até nela serem instaladas as duas grandes fábricas de alumínio, que quadruplicaram esse consumo, representando atualmente, apenas as duas indústrias, 3% da demanda nacional de energia. Começando juntas na primeira metade da década de 80, indústria de alumínio e hidrelétrica estabeleceram um vínculo estreito, quase um círculo vicio-

so, que agora precisará ser revisito ou desfeito, qualquer que venha a ser o discurso presidencial dentro de dois meses.

Os contratos de fornecimento de energia subsidiada à Albrás, no Pará, e à Alumar, em São Luiz, chegarão ao fim em 2004, o da primeira mais favorecido até do que o da segunda. Tanto as empresas consumidoras quanto a fornecedora, a Eletronorte, que continua estatal, examinam o problema (e vislumbram o eventual contencioso) há tempos. Como desse próximo passo dependerão vários outros que precisarão ser dados para definir o perfil da maior reserva energética do Brasil pelos próximos anos, o presidente Lula podia deslocar o debate da questão da esfera privada para o plano público, estimulando a participação e a criatividade de todos que se interessam pelo tema.

Se a viagem prevista para abril for precedida de uma boa preparação pela assessoria técnica do presidente, a visita de Lula a Tucuruí não será apenas uma continuação da presença de Fernando Henrique

Cardoso, quatro meses antes, ou mais uma permanência fugaz da maior autoridade da República numa remota paragem do interior amazônico, que sempre dá um belo pano de fundo para imagens promocionais.

Talvez ele possa tornar mais explícitas e claras as posições que o Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás e a Eletronorte têm apenas sugerido sobre uma das políticas que mais interessam à Amazônia e ao Brasil. Se não for apenas retórica, a primeira viagem de serviço do novo presidente poderá trazer logo a marca da verdadeira mudança que ele prometeu com ênfase não faz muito tempo. Mas já faz tempo. 

Para fins comerciais, o cupulate já é produto japonês.

E agora?

Numa visão simplista, a culpa pelo fim do período de maior enriquecimento da Amazônia, entre 1840 e 1910, tem nome, sobrenome e nacionalidade certas: o inglês Henry Wickham. Bem na metade do ciclo de expansão da economia gomífera, o aventureiro britânico teria se infiltrado em terras brasileiras para contrabandear ("biopiratar", na linguagem de hoje) sementes da *Hevea Brasiliensis*, espécie nativa amazônica, única fonte de borracha para uso industrial até então. Levadas para o Ceilão, as sementes floresceram com tal exuberância que, menos de uma década depois de terem chegado ao mercado mundial, acabariam com o boom da borracha extraída nos seringais amazônicos, abrindo um rastro de decadência na região.

Elevado à condição de lorde do império britânico pelo rei George V, Sir Wickham é tratado até hoje pela maioria dos intelectuais da região (e mesmo do país) como um reles traidor, o bandido responsável pela *débâcle* da Amazônia, aquele que roubou as sementes da seringueira e clandestinamente as fez plantar nos redutos asiáticos de sua majestade, acabando com o fausto de Belém e Manaus, cidades que transitaram do século XIX para o XX equiparáveis às mais afluentes capitais do mundo.

Não importa que há quase duas décadas esteja acessível para consulta o livro (*O Brasil e a luta pela borracha*, de 1987) no qual o americano Warren Dean documenta história completamente distinta da versão corrente no Brasil. Com base em documentos oficiais, Dean provou que Wickham obteve autorização governamental para a remessa das sementes para a Inglaterra, devidamente declaradas na alfândega e ao abrigo das normas legais em vigor, não só com o aceite, mas até mesmo com o estímulo das autoridades. Se quisesse, o Brasil podia até ter participado das experiências que, iniciadas no Kew Garden de Londres, se estenderiam ao Ceilão e à Malásia.

Deitados eternamente em berço esplêndido, conforme referenda o hino nacional, talvez julgássemos que um monopólio conferido pela natureza, tornando a seringueira endêmica apenas na Amazônia, não pode-

Nós (atrás) e o

ria ser quebrado pelo homem. Com o conhecimento (e a necessidade) à nossa frente, os ingleses não partilhavam essa convicção. Apostaram na hipótese contrária.

O que se convencionou chamar de pirataria foi, na verdade, um bem sucedido empreendimento científico e comercial que, até se consumir, exigiu quase meio século de engenho, arte e dinheiro. Foi o tempo que decorreu desde a formação do plantio de Wickham no vale do rio Tapajós, no Pará, até a Ásia inundar um explosivo mercado consumidor com quantidade compatível de borracha natural, a um preço e com uma qualidade adequadas à escala industrial naquele momento.

Se fosse preciso roubar, contrabandear ou piratear as sementes, sem dúvida a nação líder do nascente mundo industrial, carente de matéria prima em maior quantidade, mais barata e de qualidade confiável (condições não supridas pelo fornecedor monopolista), não hesitaria em agir dessa forma. Agiu assim em vários outros países e situações. Mas não foi nem necessário: os brasileiros, e particularmente os amazônicos, seduzidos e iludidos por jorros constantes de dinheiro, que recebiam pela venda da borracha, achavam que o boom seria eterno, ou pelo menos duradouro.

No seu excelente livro, Dean diz que a natureza, de regra benfazeja com a Amazônia, foi madrasta perversa no caso da borracha. O excesso de água e de umidade, e a inexistência de um período seco mais bem definido, desenvolvem pragas fatais à seringueira quando sua concentração é aumentada para que o seringal natural alcance o tamanho competitivo de plantio comercial. Na Ásia (e em áreas não-amazônicas do Brasil), esse problema não existe ou não tem a mesma gravidade. Por mais que as autoridades brasileiras tivessem sido previdentes, antecipando os movimentos da história e sendo aplicadas nas medidas de proteção ao cultivo, ainda assim a Amazônia teria sido derrotada na luta pela borracha.

Para os que, desprezando fatos e argumentos, optarem pela origem estrangeira (e ainda por cima, americana) do autor para desqualificar sua obra, convém lembrar que o Brasil deve a esse magnífico *schollar* (precoce falecido em 1994, num acidente de carro), além do livro sobre a borracha (reconhecido como o trabalho inaugural de uma história ecológica já dotada de autonomia), o mais profundo e belo estudo sobre sua mata atlântica. Aliás, é bom não esquecer, a mata atlântica foi a nossa primeira Amazônia, tanto pelo seu potencial de realizações como pelo seu resultado de destruições.

O "caso" da borracha, o capítulo mais polêmico da história (real ou presumida) de apropriação de bens do patrimônio natural da Amazônia, vem a propósito do mais recente episódio, que chegou à grande imprensa no mês passado, depois de ter transitado bem antes pelos circuitos especializados: o anunciado patenteamento de plantas e frutas da Amazônia no estrangeiro por empresas internacionais.

Causou escândalo a notícia de que, a partir de agora (na verdade, desde 2001), quem quiser usar comercialmente o título cupuaçu – e alguns dos seus derivados – na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão vai ter que pagar *royalties* ou se expor a ser multado por uma firma japonesa, a Asahi Foods, estabelecida em Kyoto (cidade que se tornou ainda mais célebre por ter recentemente abrigado conferência ecológica que teve como um dos seus propósitos justamente estabelecer regras de respeito aos direitos intelectuais sobre o patrimônio genético da humanidade, especificamente definido conforme sua dispersão geográfica).

Da forma como foi anunciado, distorcidamente, o fato desabou como uma bomba com megatons semelhantes aos da pirataria de Wickham, de quase um século e meio atrás. O problema tem sua gravidade, embora provavelmente não na dimensão de uma catástrofe irremediável. Não foi a fruta que os japoneses patentearam (há controvérsias quanto a essa possibilidade em alguns países), mas o processo industrial da sua transformação em cupulate e o nome comercial de cupuaçu.

Se servir de alerta e retirar do sono letárgico alguns setores da estrutura governamental, o fato terá cumprido o seu papel de catarse. Contra o roubo dos direitos sobre o patrimônio genético ou o conhecimento nativo é duvidosa (ou completamente inócua) a eficácia de ferramentas convencionais, como o Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) ou todo o aparato geopolítico e policial. Eles não são dispensáveis, mas não são suficientes, sequer são as armas mais importantes.

A principal é o saber, o domínio dos processos do conhecimento, o saber fazer (e como) e a informação exata e pronta. Não é através do isolamento e da pretensa auto-suficiência que se conquista tais posições: é colocando-se no mundo, diante dele (e, quando o caso, contra ele). Mas não na posição de um encrenqueiro ou de um presunçoso, mas de alguém confiante na sua própria força, por sabê-la consistente e convincente. O saber resulta de processos educativos, científicos e civilizatórios. Processos que não podem ser tradu-

mundo (atrás de nós)



zidos por índices quantitativos nem por bravatas retóricas. Resulta de 99% de transpiração e 1% de inspiração, como receitava Picasso para uma área da criação humana, a artística, onde mais peso costuma ter o dom natural dos indivíduos, ou sua "vocação", do que sua transpiração.

Mesmo que possua satélites, radares, aviões, militares e soldados rondando seus limites e patrulhando seu interior, a Amazônia continuará exposta aos interesses e disposições alheias se permanecer dependendo dos míseros recursos materiais colocados à disposição dos seus estudantes, tecnólogos, pesquisadores e cientistas. E se esses míseros recursos, desprezíveis até pelos anêmicos parâmetros nacionais, permanecerem subordinados a diretrizes obtusas, vespas, exóticas, coloniais.

Não será com uma nova muralha da China que a região conquistará sua autodeterminação, a capacidade de determinar seu destino na interlocução com o mundo, mas com o melhor conhecimento sobre si mesma. Num momento em que se tratam de questões amazônicas nas principais praças mundiais, como um tema de ciência e

de comércio, a sede territorial não pode ter uma relevância meramente retórica. Ou se condenará a sustos e sobressaltos como os de Wickham e o do cupuaçu japonês.

O mais recente episódio fez o escritor e jornalista amazonense Aníbal Beça lembrar um caso que aconteceu bem do início da Zona Franca de Manaus: "os nossos caboclos inventivos resolveram contrabandear relógios dentro das cascas de cupuaçu. Serravam a casca e retiravam a polpa, e em seu lugar colocavam relógios, de preferência da marca Seiko. Depois colavam, sem deixar nenhuma marca. O crime perfeito". Um nosso repórter policial do jornal onde Beça trabalhava cunhou uma palavra para esse tipo de crime: o "seikoçu". Dizia-se então que muita gente, enriqueceu exportando Seikoçu, até descobrirem o golpe.

O crime – atesta o escritor – só foi descoberto por acaso: "um desses contrabandistas deixou cair o cupuaçu. Aí caiu relógio pra tudo que foi lado".

Com base nessa experiência, Beça sugere às entidades e empresas nacionais, quando forem vender nos mercados europeus, americanos ou japoneses, "registrem o nome dos produtos da fruta como Seikoçu". A solução seria engenhosa, ainda que também significasse uma capitulação à esperteza dos nossos concorrentes estrangeiros. O novo produto teria ainda que sofrer uma adaptação aos novos tempos: ao invés de relógios *made by Zona Franca* dentro de carcos de cupuaçu, mais atraente do ponto de vista comercial seria colocar sementes de cobijadas plantas amazônicas dentro dos Seikos de hoje.

O direito de patente

A propósito da patente japonesa do cupuaçu, consultei informalmente dois especialistas. Carla Belas veio do Ministério da Ciência da Tecnologia, em Brasília, para auxiliar o Museu Emílio Goeldi justamente sobre essas questões. José Guilherme Maia, ex-diretor da instituição, agora atuando no Laboratório Adolpho Ducke, do MPEG. A principal dúvida é quanto à possibilidade de o país perder o direito sobre seu patrimônio natural. Suas opiniões:

Mesmo que cada país possua as suas próprias regulamentações na área de patentes, essas regulamentações devem seguir o padrão de acordos internacionais como o TRIPS (acordo sobre os direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio). Existem algumas diferenças de interpretações mas, não é muito usual a patente de recursos naturais no estado em que são encontrados na natureza, senão quando passam por algum processo de melhoramento. E, nesse caso, o que se protege é a nova variedade resultante do trabalho em laboratório. Para isso, existem acordos internacionais como o UPOV (Proteção de

Novas Variedades Vegetais), que regulam leis nacionais, como a lei de cultivares brasileira. Contudo, trata-se de uma questão muito diferente essa do cupuaçu. Ainda não tive acesso ao texto descritivo da patente propriamente dito, mas venho acompanhando a discussão. Parece-me que o que foi patenteado foi o processo de extração do óleo e da gordura do cupuaçu. Os japoneses dizem que foram eles que inventaram.

O que se deve fazer é ler a patente para avaliar se o processo que os japoneses descrevem como tendo sido desenvolvido por eles já não vinha sendo utilizado por comunidades e/ou pesquisadores brasileiros. Se ficar provado que esse processo já era utilizado no Brasil antes da concessão dessa patente, ela pode ser anulada. Certamente ela não valerá no Brasil porque eles patentearam o processo associado a um nome de uso comum. Cupuaçu pode ser um nome pouco usual no Japão, mas é bastante conhecido no Brasil. A nossa lei tem restrições ao registro de nomes de uso comum. Em relação ao nome, não se trata de uma patente, mas de registro de marca e, certamente, aqui no Brasil alguém que tentasse registrar para fins de uso exclusivo nomes como cupuaçu, bacuri, manga, etc. não o conseguiria.

Há dúvidas ainda se esse caso trata-se de biopirataria ou não. Pois, aparentemente, não há retirada de material vegetal do Brasil, mas sim de matéria prima para confecção da gordura de cupuaçu, utilizada para fazer chocolate – vendida comercialmente.

Carla Arouca Belas

Essa regra só funciona para a Lei de Patentes Brasileira. Lá fora vale tudo, infelizmente. Aqui não se pode patentear organismo vivo (planta, microorganismo ou inseto/animal). Nos USA, Europa e Japão isso é comum, só que com os organismos vivos dos outros, como é o caso do cupuaçu, já que eles não têm mais o que patentear. Infelizmente (também) essa patente vale na exportação do produto brasileiro, já que o mercado é exterior. No Brasil, valeria a nossa regra e essa patente não teria valor. Essa é uma das razões por que estamos muito longe dos países do primeiro mundo. Enquanto eles requerem um milhão de patentes/dia, nós solicitamos – quando muito – 100/dia, porque a nossa lei é muito rigorosa. Daí é fácil concluir o nosso atraso.

José Guilherme Maia

Jari

Em maio de 1944 o coronel José Júlio de Andrade, “nosso prezado amigo e distinto capitalista”, foi passando do aeroporto, aonde chegou por via aérea, vindo da capital da república, o Rio de Janeiro, para a redação da *Folha do Norte*, mantendo com seus dirigentes “agradável palestra”. Cumprida a agenda, embarcou no “Virgínia Lane”, navio dos SNAPP (Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará, desmembrado depois em Enasa e CDP), e foi ver suas propriedades em Arumanduba, onde estava a sede dos seus domínios sobre uma enorme extensão de terras. Nelas surgiria, 23 anos depois, o Projeto Jari, do milionário americano Daniel Ludwig. Outro “distinto capitalista”.

Suburbano

Durava uma semana, em 1944 (como nos anos anteriores), a festividade em honra do Divino Espírito Santo, realizadas pelos moradores da travessa 14 de Março, entre a passagem “Güela” da Morte e travessa José Pio, na Pedreira. A programação começava com o corte do “madeiro”, que iria servir de mastro e seria levantado no dia da Ascensão do Senhor, exatamente em frente à casa do patrocinador. A partir do dia seguinte havia ladainhas todas as noites, assim como leilões de oferendas e dois “saraus dançantes”. O encerramento seria marcado pela derrubada do mastro e por um baile.

O subúrbio estava mais próximo das entranhas da região do que do seu lado externo.

Natalícios

As “Notas Mundanas” da *Folha do Norte* de 9 de janeiro de 1945 registravam os aniversários, naquele dia, dos colunáveis de então: o desembargador Cursino Silva (pai de Maria Silva Nunes e Angelita Silva), que atuava no Tribunal de Apelação; o historiador amazonense Arthur Cezar Ferreira Reis, “nosso distinto amigo e colaborador”, que seria o primeiro superintendente da SPVEA (antecessora da Sudam); o rapaz Ayr Linhos, “aplicado aluno do Colégio do Carmo”, filho de Jauffret de Siqueira, agente geral da “Aliança do Lar” no Pará; a menina Maria Lúcia, filha de Humberto Monteiro, um dos donos da “Discos de Ouro”; Antônio Alexandre da Silva, gerente da firma F. Castro, proprietária da loja de modas

“Paris n’ América”; Heitor da Silva Nunes, guarda-livros (contador) da Casa Bonustradora; a professora normalista Gimol Gabbay, filha de Jacob Gabbay, que “deixa de recepcionar suas colegas e amigas em virtude de se encontrar em gozo de férias no interior do Estado”.

Socialista

Em setembro de 1952 o PSB (Partido Socialista Brasileiro), presidido pelo então deputado estadual Cléo Bernardo, fundou o Movimento Estudantil Socialista Paraense. Seu objetivo era “arregimentar em seu seio os estudantes socialistas de nossa terra, adeptos e simpatizantes deste democrático princípio”. Integravam o primeiro diretório: Oiran Ribeiro, R. A. Jinkings, Roberto Uchoa, Carlos Cunha, Irapuan Sales, Gilberto Danin, Tomé Cardoso de Castro, Eudiracy Silva, J. M. Teixeira, Américo Alencar, Raimundo Freitas, Benedito Cohen Ribeiro e Wilson Galvão de Lima. O PSB funcionava na rua Gaspar Viana, 28.

Belém

Havia 25 torneiras públicas para atender a todos os moradores da Condor, “longínquo recanto da cidade”, quando, em 1954, o governador Zacharias de Assumpção inaugurou a tubulação de água no bairro, “uma de suas grandes realizações”. Chegava ao fim o sacrifício de captar a água em baldes e latas, levando-a até as residências. Na mesma solenidade, o prefeito Celso Malcher prometeu prolongar o asfalto da Condor até a Pedreira, “possibilitando às famílias passeios de recreação domingueira às margens tranqüilas do rio”.

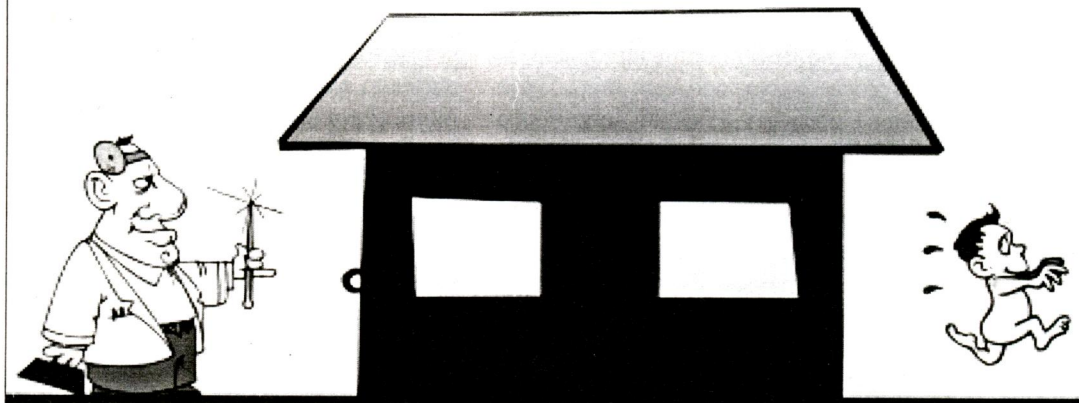
Fura-dedo

Moradores de Belém um pouco mais velhinhos se lembram da época em que os “fura-dedos” apareciam pela porta de entrada das casas e a molecada sumia pelos fundos tentando fugir das espetadas para a coleta de sangue. Era o tempo das campanhas de saúde pública. Em julho de 1957 o Departamento Nacional de Endemias Rurais, o popular DNERu, desenvolveu uma campanha contra a filariose em todo o bairro do Marco.

Todos os dias, de sete e meia às dez e meia da noite, os guardas faziam a colheita de sangue. As pessoas doentes seriam submetidas a tratamento *inteiramente*

gratuito no ambulatório do departamento, na praça Batista Campos, de 7 às 13 horas. Outros bairros que quisessem receber o mesmo tratamento podiam fazer o pedido de exame pelo telefone 23-16. É o que informava um “aviso à população”, assinado pelo chefe da Circunscrição Pará do DNERu, o médico Luiz Miguel Scaff (que, depois, iria dirigir o Museu Emílio Goeldi).

Os moleques que ensebassem as canelas: o Estado precisava de sangue para bloquear a propagação da doença. De sangue continua a entender até hoje. De doença, nem tanto.





RETRATO

Belém com estilo

Foto rara de Belém do início do século XX, em pleno boom da borracha: a inauguração, em 1908, dos jardins da praça Prudente de Moraes (agora Felipe Patroni), nos fundos do Palácio Antônio Lemos. Se as árvores plantadas tivessem sido respeitadas, o local teria se tornado um bosque, com mais caminhos para pedestres do que atualmente. Note-se, num extremo, um

dos muitos quiosques instalados nos logradouros públicos da cidade. No outro, a terreno murado atrás do Palácio Lauro Sodré (atual Museu do Estado), no qual surgiria, 60 anos depois, o fórum de Belém, abrigando o Tribunal de Justiça do Estado e as varas da comarca da capital. Traços de uma Belém com estilo e marca registrada.

Acre

Em 1954 pelo menos seis seringalistas e comerciantes acreanos mantinham escritórios de representação em Belém (a rua 15 de Novembro ainda era nossa Wall Street ao tucupi). No início desse ano, os coronéis de barranco homenagearam o governador do então território federal, Abel Piniheiro Filho, com um jantar no Hotel Avenida (que continua no mesmo endereço, na avenida Presidente Vargas, sem o encanto de outrora). Era para comemorar a confirmação do gover-

nador no cargo, depois de uma visita ao Rio de Janeiro para uma conversa com o presidente da república e o ministro da justiça. Depois de saudado pelo seringalista Custódio Freire, o governador manifestou a esperança de que o Acre pudesse ressurgir como “o maior produtor de borracha” do país, consolidando-se como “sentinela avançada no território nacional”.

Palavras...

Lusitanamente

Em 1957 o presidente de Portugal, Craveiro Lopes, todo uniformizado e com o peito tomado por medalhas, visitou Belém. O deputado Acindino Campos, aproveitando a oportunidade, apresentou projeto na Assembleia Legislativa para que nos anais da casa fosse transcrito o discurso pronunciado pelo governador Magalhães Barata no ban-

quete em homenagem ao general visitante.

Percebendo o gato na tuba, o deputado opositor Clóvis Ferro Costa estranhou. Se a homenagem era a Portugal, não seria o caso de transcrever o discurso do mandatário lusitano e não o do anfitrião, o despótico chefe do grupo inimigo do *baratismo*?

Acindino, pego na contradição, não perdeu o embalo: a sugestão do nobre colega não poderia ser adotada porque o general Craveiro havia “lido de improviso” o seu discurso.

Ora, pois.



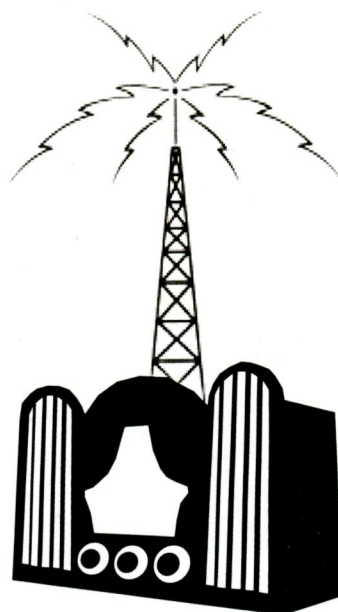
Pássaros

O "Tem-Tem" conquistou o tetracampeonato no concurso dos "pássaros", em 1957. O vice-campeão foi o "Periquito". O Concurso Simpatia foi então oficializado pela Prefeitura de Belém, depois de anos de promoção informal – e com muito sucesso. Os "sambistas dos grupos e os seus matutos" receberam taças e brindes na solenidade de premiação, realizada no Teatro de Variedades. A

escolha foi feita pelos membros da comissão de folclore: Paulo Maranhão Filho, Margarida Schiwarzappa e a "senhorinha" Maria Brígido.

Rádio

No dia 6 de junho de 1960 foi ao ar a Rádio Difusora do Pará, que ingressava num mercado no qual já atuavam a pioneira, a Rádio Clube, PRC-5, fundada por Edgard Proença e Roberto Camelier, e a Rá-



dio Marajoara, ZYE-20, dos Diários e Emissoras Associados, dirigida por Frederico Barata (nenhum parentesco com Magalhães Barata). Proença é Barata, aliás, discursaram olímpicamente na solenidade de inauguração dos transmissores da concorrente, no bairro do Guamá, "augurando-lhe dias prósperos e felizes".

Para comemorar a data, um "grandioso" show foi realizado no Cine-Teatro Palácio, reunindo "destacadas figuras do *broadcasting* nacional", como Sônia Mamede, Jamelão, Mara Silva, Norma Benguell, Trio Nagô e os paraenses Waldemar Henrique e Maria Helena Coelho. José Renato já estava formando o *cast* da nova emissora, que tinha à sua frente José Carlos Raimundo como diretor-tesoureiro e, nos bastidores, o general Moura Carvalho, que era o governador do Estado quando a rádio começou a funcionar.

OS GRANDES MOMENTOS DE SUA VIDA

Assista amanhã, e todas as 2as-feiras, a partir de 21 horas, pela

TV MARAJOARA

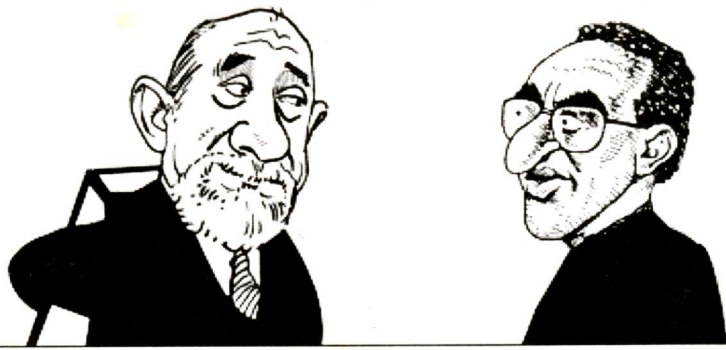
este novo programa de reportagem, palpitante, humano, vivo e dramático como a própria vida, um oferecimento semanal exclusivo da nova loja de modas da cidade.

Chez
Alice

PUBLICIDADE

Programação local

Em dezembro de 1960 estreou na TV Marajoara, a única emissora em funcionamento no norte do Brasil na época, um novo programa de reportagem, "palpitante, humano, vivo e dramático". Eram "Os grandes momentos de sua vida". O patrocínio era da mais nova loja de modas da cidade, a Chez Alice (que, segura de si, nem indicava seu endereço no anúncio). Todas as segundas-feiras, em horário nobre (e hoje fora do alcance das TVs de rede), às 21 horas, um pouco das histórias locais.



Portos e travessas

Se o governador Simão Jatene quer estabelecer um diálogo positivo com a prefeitura de Belém, o melhor ponto de partida imediato é o da estadualização da Companhia das Docas do Pará. A medida foi consumada no dia 21 de dezembro, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou convênio com o governador Almir Gabriel, transferindo as concessões da CDP para a Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará, criada dois anos antes. O PT paraense está tentando desfazer a iniciativa, alegando que ela foi adotada às pressas, em circuito fechado e sem atender as exigências legais. Diz que foi mais um capítulo da estratégia do PSDB estadual de esvaziar a prefeitura de Belém.

Por enquanto, o jogo tem cartas marcadas. A estadualização é um tema que está em andamento há dois anos. Ainda assim, foi precipitado para se efetivar no final do governo anterior, atropelando certas formalidades. Foi um acerto interno ao tucanato, as partes cedendo e ganhando. A União se livra do último elo que a vinculava ao setor hidroviário da Amazônia, encerrando um ciclo, que, bem ou mal (muito mais para o segundo do que para o primeiro), atendia a população ribeirinha mais necessitada. Aos poucos ela foi esquecida. O critério definidor passou a ser o lucro. A clientela que interessa é a que dá renda. Não espanta que a funcionalidade do sistema seja freqüentemente quebrada pelas tragédias da navegação, com muitas mortes. De pobres, claro. E, sobretudo, caboclos.

O padrão sendo federal ou estadual, essa filosofia não deverá mudar, a não ser que, na inversão do transporte preferencial, os rios e seus portos deixem de ser encarados apenas como pontos de passagem e apoio para as exportações, conforme a diretriz do "Avança Brasil". À parte dessa questão mais ampla, há uma outra, municipal: a CDP é proprietária de uma área estratégica em Belém. Não só onde estão as docas, mas no chamado retroporto. Nem a CDP e nem o CAP (Conselho da Autoridade Portuária) têm direito (ou legitimidade) para estabelecer o zoneamento dessa grande e importante área, formada por mais de meia centena de imóveis, à revelia da gestão pública municipal.

Nesse ponto, o PT tem razão, ainda que seja *a posteriori* (porque tem assento no CAP e não se manifestou a respeito). Se a CDP excluiu da municipalização o porto de Santana, entregando-o à administração municipal, por que não pode fazer o mesmo em Belém? Se as situações não são iguais, pelo menos é necessário explicar porque não são iguais, ao menos para não ficar parecendo que o tratamento distinto tem inspiração política, clientelista ou fisiológica.

É clara a impossibilidade da municipalização integral da CDP, com portos sob sua jurisdição em outros oito municípios. Mas não a de Belém. Assim, se o governador Simão Jatene quer novos parâmetros para as duas administrações na capital, eis um bom mote: reabrir a caixa preta da CDP estadualizada.

Família artística

Foi um feliz casamento: o do pai, Lutfala Bitar, com a filha, Rosana. Ele é um apaixonado por arte, sobretudo a pintura. Mas não tem tempo para ir além da contemplação da beleza plástica, obrigado que dividir os momentos de lazer com a leitura (é o empresário paraense com maior quilometragem em livros, rigorosamente medida). Tem os recursos e a vontade suficientes, entretanto, para transformar em livros os estudos da filha sobre a arte.

O resultado é o segundo álbum sobre um artista plástico paraense, lançado no final do ano passado. Depois de Ruy Meira, o novo documentário de Rosana Bitar foi dedicado a Valdir Sarubbi de Medeiros. É um trabalho de alta qualidade, tanto no conteúdo quanto na forma. Prudente e perspicaz, a autora mais ouve do que fala, provocando as manifestações do artista e cedendo espaço para documentar sua vida e suas idéias, além de selecionar uma iconografia exemplar da obra do pintor, prematuramente falecido no ano passado (fato que privou Rosana de completar as entrevistas programadas).

Para o bem das artes paraenses, espera-se que pai e filha continuem afinados e de mãos (dadas) nas obras. Por mim, ficaria muito satisfeito de receber um terceiro álbum sobre um aquarelista da terra. La Rocque, de preferência.

Lindanor

As universidades da praça podiam anotar: 2003 marca o 40º aniversário da estréia de Lindanor Celina em livro. Cronista das melhores desde muitos anos antes, foi em 1963 que saiu seu primeiro romance, *Menina que vem de Itaiara*, onde sua notável capacidade de contar histórias e enveredar pela ficção se transplantou para a forma escrita com a mesma fluência da linguagem oral e sem perder o tom memorialístico, significativamente proustiano, embora – e sempre – à maneira daquela moça espevitada de Bragança.

Vinda de Itaiara, Lindanor se foi há muito para Paris, sua legítima origem por afinidade e destino por merecimento. Ambidestra e ubíqua, Lindanor continuou com um pé lá e outro aqui, do que sua obra dá testemunho. Lembrá-

la e cultivá-la é algo que nossos centros acadêmicos podiam fazer, aproveitando a data oportuna. Têm todo um ano para isso, mas é conveniente começar já a preparar um ciclo Lindanor Celina.



A auto-exaltação e o desdém aos adversários e críticos marcam o livro com a biografia autorizada do ex-governador

O ex-governador Almir Gabriel já ameaçou mandar “para aquele lugar” quem voltar a duvidar da sua decisão de encerrar a carreira política e passar a se dedicar exclusivamente à floricultura. Apesar do risco, há motivos para colocar em dúvida esse propósito. Um desses motivos pesa mais de 700 gramas. É o livro “Trajetória e pensamento”, a biografia autorizada de Almir José de Oliveira Gabriel, escrita por seu primo, o também médico – além de escritor e compositor – Alfredo Oliveira.

Editado pela Delta Gráfica e Editora, com tiragem de dois mil exemplares, e lançado nos últimos dias do segundo mandato do governador, o livro tem 491 páginas e 217 fotos do personagem principal. Talvez seja a maior relação foto por página da história bibliográfica brasileira (e, quem sabe, mundial). Nem o ex-senador Jarbas Passarinho, notabilizado pela vaidade (que ele nega e quase todos lhe atribuem), chegou a tanto. Não deve nem ter pensado em tanto.

Volumoso, encomiástico, exageradamente ilustrado e relativamente caro (40 reais) para suas características, o livro não é um bom produto comercial. Mas pode ser uma boa arma para quem quer se manter na linha de frente. Da memória, como argumenta o ex-governador. Ou para promover seu retorno a algum novo cargo político, como insistem os analistas e especuladores.

Alguns apostam que Almir Gabriel disputará a prefeitura de Belém dentro de menos de dois anos. O elemento mais forte em favor da tese é de que, hoje, ele é o nome mais forte dentre os possíveis candidatos. Se a disputa fosse agora, dificilmente perderia. Mas a lembrança do seu nome continuará forte em 2004? É provável, mas sempre há o risco de chuvas e trovoadas até lá. O novo “senador do governador”, o quase-médico-e-ainda-não-de-todo-advogado Duciomar Costa (na verdade, bacharel em direito), não esconde sua pretensão ao cargo. Mais do que isso: já trabalha para ser o futuro prefeito da capital. Com e sem Almir?

Almir, o grande

Contando com o apoio do presidente da República, o PT espera apresentar uma candidatura de peso. Se fundir as cisões internas (que voltam a se abrir), pode ter um nome de peso para apresentar. Se não alcançar a união, o nome a ser lançado será o da facção majoritária. De qualquer forma, a máquina municipal, com a eventual colaboração da engrenagem federal, será adversária de expressão para quem se apresentar à liça. E há ainda a incógnita do governador Simão Jatene: terá ele uma preferência pessoal ou endossará um candidato do seu partido (e da sua coligação, provavelmente modificada)?

Se voltar realmente à política, é possível que Almir Gabriel prefira agir como um influente eleitor a entrar na corrida pela sucessão de Edmilson Rodrigues. Nesse caso, o longo vácuo de poder não sacramentará suas promessas de aposentadoria? Aparentemente, sim. Mesmo as hipóteses mais desfavoráveis ao ex-governador, entretanto, não eliminam a possibilidade de que ele reapareça dentro de pouco mais de três anos como um poderoso candidato ao Senado. Afinal, nenhuma aposentadoria é mais dourada na República do que alcançada ao fim de oito anos senatoriais na capital federal. Mesmo aos 74 anos em 2006, ele ainda estará em condições de enfrentar uma eleição, se a máquina oficial não lhe falhar. Nessa disputa, Simão Jatene provavelmente tentará a reeleição sem se afastar do cargo. Essa história, todos já a conhecem.

Se a biografia autorizada foi concebida para representar uma despedida gloriosa, o livro de Alfredo Oliveira não cumpre adequadamente essa missão. Ainda vai ser necessário aguardar uma abordagem mais rigorosa da trajetória e do pensamento de Almir Gabriel. A primeira metade do livro chega a emocionar: documenta a carreira de um médico excelente, dedicado, sensível, competente, humano. O lugar de Gabriel está assegurado na história da medicina paraense como um pioneiro e um inovador, um profissional que se adestrou nos dois grandes centros nacionais (Rio de Janeiro e São Paulo) e voltou à sua terra para nela replantar as boas sementes trazidas de fora.

Mas o livro é pouco mais do que um panegírico ao tratar da face política do biografado. O autor só faz perguntas convenientes, constantemente “levantando a bola” para o seu entrevistado e suprimindo as partes consi-

deradas inconvenientes. O episódio talvez mais traumático dos oito anos do governador, o “massacre” de Eldorado de Carajás, que resultou na morte de 19 “sem-terra”, recebeu apenas 13 linhas. O triste acontecimento “estava escrito” para acontecer, justifica o biografado. O biógrafo mantém-se quieto e mudo a essas palavras. Em relação a outro acontecimento triste, o da substituição do governador enfermo pelo seu vice, o destrambelhado Hélio Gueiros Júnior, não vai além de um anódino parágrafo.

Secretário de saúde no início do primeiro governo (1983-87) de Jader Barbalho, que o confirmou no cargo (exercido pela primeira vez na segunda administração de Alacid Nunes, entre 1979 e 1983), Almir diz que foi a “ânsia de crescimento” que pôs a perder Sahid Xerfan na prefeitura de Belém, ao levá-lo a comparecer a “uma cerimônia familiar ligada ao senador Jarbas Passarinho”, então inimigo ferrenho de Jader (não foi uma cerimônia que atraiu Xerfan para a casa da sogra de Passarinho: foi uma visita de cortesia ao padrinho de casamento, como o já frito prefeito tentou explicar ao governador que o fritava). Incensado “por um conhecido sistema de comunicação do Pará” (nessas circunstâncias Almir nunca é explícito, preferindo alusões e insinuações, como essa, ao grupo Liberal), Xerfan perdeu “os limites da construção democrática em marcha”.

Como a democracia ainda estava em construção, Almir aceitou, obsequioso, a convocação de Jader para assumir a PMB (o prefeito da capital ainda era nomeado), submetendo-lhe seu secretariado, ao qual o governador “fez restrição apenas a um nome”, mais uma vez detalhe não revelado pelo biografado. Como trabalharam juntos por três anos, Almir achar que esse é o período áureo de Jader. No segundo mandato (1991-1995), o que ele fez “era muito ruim, quer do ponto de vista político, quer do administrativo”. Por isso, “muitos entendiam que Jader não era nem a sombra do que fora em seu primeiro governo”, afirma Almir, esquecendo que os escândalos do Aurá, do Banpará, da Maiame e tantos outros aconteceram foi no primeiro mandato, no qual, entretanto, a frágil democracia exigia silêncio, condescendência e conivência dos que sabiam dos fatos, mas fingiam ignorá-los. Talvez porque, jun-

Novo poder

O governo Jatene ainda não tem um perfil próprio, mas certamente esse é o objetivo que o novo governador já está buscando. Sem identidade e ainda sem poder gravitacional, Simão Jatene começou a manejar os instrumentos da máquina oficial para executar algumas metas. A principal é a de confirmá-lo não apenas como um herdeiro de Almir Gabriel, mas uma nova fonte de poder político no Estado.

Para quem tem nas mãos a prerrogativa de nomear funcionários e alocar verbas públicas, não é difícil, no Pará, conquistar apoio político. Não surpreende, assim, a participação do chefe do poder executivo na escolha do chefe do poder legislativo. Mas Jatene retomou uma característica que foi esmaecendo até desaparecer na administração do seu antecessor tucano: a abertura para conversar com os adversários sem impor decisões prévias e sem uma agenda demasiadamente estreita.

Assim, ele pôde abrigar novamente políticos do PMDB para uma negociação que poderá acabar até mesmo numa aliança mais extensa, algo que parecia eliminado do horizonte do PSDB. O PT também passou a receber estímulos para a interlocução, embora, nesse caso, a amistosidade pareça ser mais tácita, de ambos os lados, com ênfase maior do governador, que gostaria de manter um canal de acesso ao presidente Lula. Ao menos até a eleição municipal do próximo ano.

Todos, aliás, já estão de olho nessa disputa. Jatene montou uma engrenagem na administração estadual mais ampla e pesada, com novas secretarias (ou quase-secretarias) e a reformulação das anteriores, dividindo para reinar absoluto, através de quatro secretarias poderosas, sobre as quais vai manter controle direto. O reforço do poder pessoal exige a pulverização dos redutos anteriores de poder, o que é possível visualizar através de sutis movimentos de enfraquecimento de certas peças do tabuleiro. Se aceitarem essa limitação, poderão mais facilmente ser "comidas" pelo enxadrista-chefe.

Portanto, o rei morreu; viva o rei.



tamente com a democracia, esses caçadores das oportunidades também ainda estavam "em construção".

Em 1986, finalmente, Almir deixou de ser autoridade pública e político por nomeação: foi o senador mais votado, com quase 470 mil votos, produzidos pela máquina oficial, que Jader (no embalo da democracia em construção) comandava com tal desenvoltura que elegeu o seu candidato para a outra vaga em disputa, o ex-adversário Jarbas Passarinho (com 336 mil votos). Almir estava maduro para vãos individuais? Não: quatro anos depois, concorrendo pela primeira vez ao governo do Estado, ele ficou em terceiro lugar, com 230 mil votos, bem menos do que a soma dos nulos e brancos, e a grande distância do vencedor, Jader, com 615 mil votos.

Essa campanha, como candidato nitidamente de esquerda e à margem do aparato oficial, poderia ter sido um marco de despedida se em 1994, depois de ter sido derrotado no primeiro turno por Passarinho, Almir não se tivesse favorecido do Plano Real, da vitória em primeiro turno de Fernando Henrique Cardoso, da crise de depressão do ex-líder

do regime militar e do ardid montado por Jader, que usou seu antigo desafeto como um escudo para se defender das velhas acusações de corrupção e afastar um perigoso concorrente ao Senado, oferecendo-lhe uma miragem de retorno ao executivo paraense.

A partir desse momento, os germens autoritários na personalidade do brilhante médico se multiplicaram e se desenvolveram, levando-o até o paroxismo da auto-exaltação e do desdém aos adversários e críticos, de que esse livro encomiástico, laudatório e narcisista é bem o atestado. Almir Gabriel deixou o Palácio dos Despachos certo de ter-se tornado o maior governador do Estado e de ter colocado o Pará entre as mais desenvolvidas unidades da federação. Se a realidade teima em mostrar o contrário, de que o Estado, mesmo com as muitas obras executadas (a partir de projetos de seus antecessores ou de interesses estabelecidos fora do Pará) nestes oito anos, se *subdesenvolveu* ainda mais, a culpa é dos que teimam em ver a nudez do rei. Ou dos que não leram sua deslumbrante biografia. Nela, o rei é só pompa e circunstância.

Como o computador, essa insaciável fera eletrônica, comeu a parte da carta do pesquisador José Maria Cardoso da Silva, publicada na edição anterior, exatamente na sua parte mais importante, a das proposições sobre o futuro da bacia do Xingu, em vias de começar a sofrer o seu primeiro barramento para fins energéticos, reproduzo esse trecho, corrigido:

Xingu melhor

O ideal é que o Xingu continue íntegro e que dele floresça uma economia forte e sustentável baseada em atividades que respeitem o ambiente. Entretanto, se isso não for possível, então precisamos exigir todos os cuidados para que a alteração no Xingu seja realmente mínima. Para isso, além dos cuidados ambientais a serem tomados durante a obra, um conjunto de ações essenciais para a bacia do Xingu deve ser executado antes da construção de qualquer hidroelétrica. As minhas sugestões são: (a) execução do zoneamento econômico-ecológico participativo em uma escala apropriada (1:10.000) de toda a bacia hidrográfica do Xingu, para definir quais são as áreas propícias para a produção e as áreas para conservação; (b) regularização fundiária ao longo de toda a bacia; (c) recuperação e conser-

vação das cabeceiras do Xingu, no Mato Grosso, pois estas estão quase que inteiramente destruídas; (d) criação da Universidade Federal do Xingu para orientar, implementar e formar as competências necessárias para gerir um programa efetivo de desenvolvimento sustentável de toda a bacia; (e) construção de escolas de ensino fundamental e médio em todas as comunidades; (f) construção de hospitais e postos de saúde em todas as cidades e vilas; (g) construção de um sistema eficiente de escoamento da produção agrícola, florestal e industrial da região; (h) criação de um fundo específico para apoiar iniciativas inovadoras de negócios sustentáveis; (i) construir em cada comunidade indígena, pelo menos uma escola e um posto de saúde, além de uma rede de vigilância ao longo das fronteiras de suas terras.

Os donos do poder certamente argumentarão que estas ações são muito caras. As histórias recentes do São Francisco e do Tocantins desmentem este argumento, pois sabemos que fica muito mais barato prevenir do que remediar. Assim, o custo da realização destas ações agora será muitíssimo menor do que qualquer projeto futuro para corrigir os danos ambientais e sociais causados por uma intervenção desordenada, tal como a querem fazer agora, na bacia do Xingu.

Belo Monte ainda

Retorno ao caso Belo Monte, tendo em vista o repto lançado no **Jornal Pessoal** nº 296, mas desejo me reportar somente às matérias sob os títulos "A derrota de Belo Monte" e "Por que criticar a grande obra", insertas no **JP** nº 295, anterior. Naturalmente que conheço a posição desse jornalista sobre o assunto, exteriorizado nos diversos artigos publicados em jornais, no próprio **JP**, e reunidos nos dois livros

recentemente colocados no mercado. Tenho duas razões para restringir meus comentários aos aludidos artigos: em primeiro lugar porque o espaço, evidentemente, não comporta maior desenvoltura; em segundo lugar porque tudo que foi dito sobre o projeto da hidrelétrica está ali sintetizado de forma muito civilizada, não obstante as ameaças que ensejam os títulos das referidas matérias.

Não há **derrota** em Belo Monte! Vão prevalecer as necessidades da sociedade, ainda que mais uma vez a Amazônia seja utilizada para fortalecer a unidade nacional. Claro que muita gente não desejaria um final desse calibre, porém as notícias a respeito dos aumentos estratosféricos dos combustíveis (diesel/gás) tendem a inviabilizar qualquer projeto de energia térmica, agora e num horizonte mais próximo. A energia nuclear está descartada, e nem é bom falar nisso. A energia hidráulica, hoje, não é mais uma opção, em uma inevitabilidade. Só o menor custo já justificaria a sua aplicação, além do mais existem outros "fatores" listados por você no texto sob exame, que vão ser decisivos no convencimento da empreitada.

Questiona-se **pressa e prazos apertados**. Como? Os estudos preliminares foram iniciados nos anos oitenta, com algumas paradas estratégicas para arrefecer o ímpeto ambientalista, no seu glorioso alvorecer. Portanto, não procede a sua freqüente observação de atos precipitados. Ficou claro na sua nova exposição que a contenda maior é com o Ministério Público, baseada nas três **controvérsias**, sobre as quais já tive oportunidade de me pronunciar, a saber: "terras indígenas", "órgão licenciador" e "escolha direta para execução do EIA-Rima". Esses óbices podem ser transpostos sem arranhão algum à legislação, às normas e à própria Lei Maior.

Repito aqui, o programa **Avança Brasil**, de cunho ni-

tidamente eleitoral, funciona (?) ou funcionou sem essas amarras, tratou-se de aplicar a chamada transversalidade, isto é, a interlocução intra e entre os organismos do poder constituído. Só para dar um exemplo mais recente, o Projeto Grande Carajás e suas ramificações foram executadas nesse modelo. Enfim, suponho que essa fase vai ser superada sem maiores atropelos, mas valeu o embate.

Restaria comentar a parte técnica. Não conheço o projeto, e mesmo que conhecesse, não poderia apreciá-lo, por não dispor de competência para tal, até porque o espaço não é próprio para fundamentações do gênero. Contudo, sabe-se que já foram produzidos conhecimentos dos recursos naturais existentes na área, mais ou menos na seguinte disposição: potencial de recursos minerários; avaliação do relevo (solo); avaliação do clima; potencial de utilização agrícola dos solos; distribuição das regiões fito-ecológicas, das áreas antrópicas, do potencial florestal e o potencial dos recursos faunísticos. Quanto a indicação de estudos hidrológicos, avaliando regime de rios, bacias e micro-bacias, vazão, profundidade e outras variáveis a CPRM gerou inúmeros trabalhos técnicos sobre este importante tema.

É bom lembrar, por oportuno, que todo este acervo foi produto de anos de labor intenso realizado por diversas instituições de pesquisa, tais como: IBGE, Inpa, CPRM, DNPM, Embrapa, Museu Emílio Goeldi e afins. Ressalte-se também a contribuição positiva do Projeto Radambrasil na exploração pioneira da região. Para completar, existem estudos específicos desenvolvidos pela equipe de pesquisa do IBGE sobre: Equilíbrio e Desequilíbrio Ambiental, Agricultura, Extrativismo e Exploração de Madeira, Pastagem Natural, Mineração e Pesca.

Quanto ao aspecto de engenharia e suas derivações, não devemos ficar apreensi-

Xingu misterioso

Em 1996 o Iterpa (Instituto de Terras do Pará) ajuizou na comarca de Altamira uma ação para cancelar as transcrições e registros imobiliários sobre uma área de terras que, desde então, se caracterizou como a maior grilagem do país, podendo chegar a 7 milhões de hectares. Como essa enorme área nunca foi desmembrada do patrimônio público para o domínio privado, através de qualquer forma regular (seus detentores falam apenas em "título hábil", que jamais exibiram), o Iterpa considerou os assentamentos feitos no cartório de Altamira nulos de pleno direito. Pediu logo a tutela antecipada, concedida pelo primeiro apreciador da matéria, o juiz Torquato Alencar, para que, à margem do registro da área, fosse averbada a existência da ação de cancelamento e anulação (o que serviria de alerta para terceiros de boa-fé).

A partir daí começou uma guerra judicial entre o Estado (à seguir apoiado pelo Ministério Público Federal) e uma engrenagem de pessoas físicas e jurídicas atrás das quais está a Construtora C. R. Almeida. Os lances dessa disputa têm sido registrados e co-

mentados neste jornal, o que me acarretou sete processos na justiça (quatro dos desembargadores João Alberto Paiva e Maria do Céu Cabral Duarte e três do empresário Cecílio do Rego Almeida), mais um acessório (do madeireiro Wander Costa, depositário fiel de mogno apreendido supostamente nessa área).

No meio do tiroteio legal os volumosos autos do processo sumiram do cartório de Altamira, onde tramitavam. Reapareceram agora. Para surpresa dos autores da ação e dos litisconsortes, os autos vieram com sentença do juiz Ernane Malato, datada de 19 de setembro de 2000. O juiz, que já passou para outra comarca e atualmente faz curso em São Paulo, extinguiu a ação sem examinar-lhe o mérito. Considerou o Iterpa destituído de legitimidade para propor qualquer coisa sobre a área. Alega que, para ter direito de ação, o instituto devia ter provado que a área realmente é pública, ao invés de presumir essa condição como pressuposto. Para provar o domínio do Estado, devia ter discriminado as terras, separando o que é público do que é privado. Só assim poderia cadastrá-las como bem públi-

co. Sem o cadastramento da área e sua matrícula no cartório imobiliário, "não se comprova propriedade", fulminou o juiz. O ônus da prova deixa de ser do particular e passa a ser do poder público.

Embora Malato se apóie em decisões e doutrinas para sustentar sua tese, ela é, no mínimo, polêmica. Nem o Estado e nem a União a aceitaram, ainda mais por só terem tomado conhecimento da decisão quase dois anos e meio depois de ela haver sido juntada ao processo, ao menos conforme a data que a ela foi dada, com o reaparecimento dos autos.

Se os autores não foram intimados regularmente da decisão, ainda cabe recurso ordinário ao segundo grau de jurisdição. De qualquer forma, o Iterpa pretende contestar integralmente a sentença. Mas cabe também averiguar pela tramitação do feito e sua marginalia. Afinal, a sentença do juiz já foi devidamente transcrita no registro imobiliário, produzindo efeitos. Quais, não se sabem. Desde quando, também não.

São grandes e, aparentemente, inesgotáveis os mistérios do Xingu.

vos, o Brasil detém a hegemonia neste setor da construção pesada, exportamos know-how para todo o mundo. Conclui-se, destarte, que se o projeto está balizado por essa gama de informações técnico-científicas, tem tudo para dar certo, ainda que se oponha alguma restrição ao seu conteúdo, é um assunto para ser mediado com a comunidade, no devido tempo.

Agora, a "exigência do bem-estar social" é um fator essencial do qual não se pode prescindir, como, aliás, soe acontecer. Acho muito modesta a sugestão do pesquisador José Maria Cardoso da Silva (a relação deve ter saído truncada, pois começou com a letra "e"). Deve-se aproveitar a grandiosidade do empreendimento para exigir a inserção na estrutura de seu planejamento global de um programa consistente de desenvolvimento regional sus-

tentado, não só para a bacia do Xingu, inclua-se o total da área modificada do Sul/Sudeste até esta data, cujos reflexos sócio-econômicos possam, finalmente, cumprir a tão sonhada integração da Amazônia brasileira ao seu Estado Nacional, que por direito lhe pertence.

**Rodolfo Lisboa
Cerveira**

Embora expondo e analisando o conteúdo do contencioso entre a Eletronorte e o Ministério Público Federal sobre Belo Monte, tentei mostrar nos artigos comentados pelo leitor – e em numerosos outros – que, antes mesmo dos efeitos sócio-ambientais da hidrelétrica, é a sua viabilidade econômica que ainda não está demonstrada. A Eletronorte é pródiga em números para nos convencer de que o MW a ser instalado no Xingu será

dos mais baixos do país, um autêntico negócio da China (que está com sua polêmica Três Gargantas em obras no rio Amarelo, cheia do precário convencimento que tínhamos, quando do início de Tucuruí, sobre as maravilhas da nossa engenharia de barragens, de competência inquestionável mundialmente sobre seu restrito ofício, mas de descortino estreito quanto a sua amplitude de circunstâncias e efeitos). Mas esses cálculos vêm sendo fundamentadamente questionados pelos que, sem subestimar as outras dimensões da obra, exigem rigor orçamentário e consistência técnica nos estudos de viabilidade.

Se o projeto de Belo Monte, com todas as modificações que nele já foram processadas desde o primeiro relatório, apresentado em 1980 (mas só aprovado pelo

Dnaee, antecessor da Anel, oito anos depois), fosse essa maravilha, já teria havido uma corrida de empresas pela sua realização e ele já teria sido colocado em licitação. Ao invés disso, a Eletronorte concebeu um caminho híbrido inusitado: conduz o projeto até a fase de engenharia civil e aporta mais de dois terços dos recursos do BNDES e da Eletrobrás para só então, com o esquema pronto, convocar os sócios privados, que trarão a parte menor do capital e se arriscarão menos (ou não se arriscarão).

Apesar das centenas de quilos de papel produzido sobre Belo Monte, o projeto ainda não é maduro ou convincente o suficiente para simplesmente ser aclamado. Quem assim o encarar está ameaçado de levar gato para casa, pensando ter carregado lebre consigo.

Internalização

José Marcelino Monteiro da Costa foi ao Aurélio e conferiu: internalização existe realmente. A expressão pode ensejar confusão com internacionalização (embora o sentido seja exatamente o oposto, sem chegar a ser - pelo contrário - o lema da ditadura militar, de "integrar para não entregar"), mas só para ouvintes apressados e preconceituosos. Dicionarizada na língua, está.

Seu e-mail reaviva ainda mais a lembrança aqui feita do debate no auditório do Hotel Tropical, em Santarém (hoje, Amazon Park), em 1978, quando se tentava escapar ao traçado colonial que tem sido feito para a Amazônia. Em plena forma, mas já mais seletivo, Marcelino desistiu de uma convocação para dar assessoria em Timor Leste e preferiu continuar por aqui. Ainda assim, não lhe tiram o título, arduamente cultivado, de o maior globe-trotter entre os economistas paraenses, pelo menos entre os que têm profundas raízes lusitanas.

Início de noite, mas com o sol do verão italiano ainda presente, caminhava pelas ruas de Parma atrás de um restaurante, com Maurizio Chierici, desfrutando de uma cena civilizada: mulheres em traje longo e homens em paletizados pedalavam em suas bicicletas de *design* clássico, imperturbáveis, com naturalidade e simplicidade. Não era exercício. Iam para seus programas noturnos. Em Parma, com 400 mil habitantes, essa combinação de elegância e despojamento me comoveu.

Lembrei os casuais acontecimentos civilizados de anos antes pelas ruas do centro histórico de Belém, quando cruzava com dona Zaíra César Santos Passarinho, sempre às proximidades do belo prédio da farmácia da fa-

mília, velho de 120 anos (hoje loteado e desfigurado). Ela surgia como se fosse ao baile do imperador, com sua sombrinha delicada, impecável; nos cumprimentávamos, trocávamos algumas palavras e seguíamos, como se ainda estivéssemos na cidade trazida pelos portugueses da Europa para o burgo tropical.

Numa outra vez, quase no mesmo lugar, o encontro foi com o professor Cécil Meira e sua esposa, Maria Helena, ela de sombrinha, ele de chapéu de massa, ambos de roupas claras; de linho, se não estou enganado, o paletó do mestre da língua e da literatura luso-brasileira. Ele tirou o chapéu quando nos cumprimentamos.

Repassei esses retratos da memória enquanto assistia à missa de sétimo dia por Astrid Guimarães, celebrada três meses depois da morte de seu marido, Antônio, que fez legiões de amigos como comandante de aviação e, depois, político com passagem meteórica pelo mundo do poder. Astrid também era um desses elos de discreta civilidade a unir povos e regiões, a nos fazer bem e a deixar, quando cessa seu brilho ativo entre nós, um doce afago na lembrança e uma terna gratidão, imorredoura.

Acho que ela (e seu companheiro de sempre) concordaria com o tom deste singelo registro de admiração e respeito pelo que foi - e será sempre: uma verdadeira dama.



Editora - Além do valor que tem como criação gráfica, o catálogo da Editora Paka-Tatu atesta que o Estado possui novamente uma casa editorial de expressão. Em dois anos, a Paka-Tatu já colocou na vitrine mais de 20 títulos, com destaque para os temas amazônicos. Tornou-se um canal de acesso a autores inéditos e um estímulo a autores em potencial. Faz eco ao esforço editorial da vizinha Valer, no Amazonas. Ganham com isso as letras regionais.

Artista - *Mário Barata II, um dos poucos e bons aquarelistas da terra, já tem seu ateliê-estúdio-galeria, muito bem instalado. Um espaço para apreciar seu trabalho, mas também um centro de ensino, aprendizado e produção. Vale a pena visitá-lo, num espaço acanhado mas criativamente usado, com inteligência e sensibilidade, na travessa Ruy Barbosa.*

Transporte - Foi em novembro de 1990, depois de dois anos de entendimentos prévios, que os governos do Pará e do Japão assinaram um convênio para implantar o Plano Diretor de Transportes Urbanos na Região Metropolitana de Belém. O projeto deveria estar pronto em 18 meses. Planejar o sistema de transporte público de passageiros até 2010. Já estamos em 2003 e a execução do PDTU esbarra nos bicos das administrações estadual e municipal.

O PDTU é a única ferramenta de longo prazo para o transporte na Grande Belém. Não pode ser ignorado. Se não é bom ou se tem falhas, a prefeitura que as aponte (e, se possível, as corrija). Mas os dois poderes que partam dessa base técnica, oferecida pelos japoneses através de sua agência internacional, a Jica (o Estado entrou com o dinheiro e eles com os equipamentos e os técnicos). O que não se pode é deixar esse setor vital da vida metropolitana ao alvitre dos concessionários e da lei do mais forte. Ou sujeito ao ping-pong caprichoso entre o Palácio dos Despachos e o "Antônio Lemos".

Camelô - A prefeitura não pode mais se restringir a reagir às iniciativas do comércio ambulante. Precisa estabelecer algumas regras para o setor. Além de resolver problemas e acomodar situações, aceitando fatos consumados, deve normatizar preventivamente esse comércio, impedindo que ele se expanda caoticamente. A economia informal é uma realidade e não pode ser eliminada. Mas ela não é toda a economia, nem toda a sociedade. Precisa se ajustar ao mundo em torno (e envolvente).

Depois do investimento que o governo do Estado fez no conjunto Feliz Lusitânia, a prefeitura, mesmo a contragosto, tinha que participar da montagem do cenário, compondo-o de acordo com a nova configuração. Aquele passa a ser um pólo turístico, para os visitantes, e cultural, para os nativos.

Nessa paisagem, o Largo da Sé tinha que ser restaurado, o mais próximo que fosse possível, ao invés de ser tomado por camelôs (ainda mais com jornada de 24 horas, diretamente ou através de prepostos). Planejamento, já. Ação, logo. E fim de caos.